

DESAFIOS DO TRABALHO MULTIPROFISSIONAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL: RELATOS DE UM ESTAGIÁRIO NO CRAS

Renan Filho Martins¹
Magalí de Paula Silva Santana²

psicomagalasantana@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO

O presente artigo trata-se de uma experiência de estágio de um aluno do 4º período de Psicologia do Centro Universitário Univértix. O estágio da área social foi realizado no Centro de Referência em Assistência Social de uma cidade da Zona da Mata Mineira. Esta pesquisa é de origem qualitativa, utilizando-se da observação e da entrevista como instrumentos para coleta de dados. A entrevista foi realizada após preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por um formulário via Google Forms. O objetivo deste trabalho foi analisar as construções teóricas que já existem sobre o assunto e relacionar com a prática durante o estágio, discutindo os desafios do trabalho multiprofissional no âmbito da assistência social e da proteção básica no Centro de Referência em Assistência Social. Os resultados da pesquisa sugerem uma dificuldade na delimitação do que é trabalho de cada profissional e uma consequente sobrecarga para alguma das partes.

PALAVRAS-CHAVE: CRAS; multiprofissional; equipe; SUAS; desafios.

1 INTRODUÇÃO

A garantia da Assistência Social brasileira é assegurada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na Lei nº 12.435, de 2011 (que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993), que reafirma e coloca em prática o que vem descrito na Constituição Federal de 1988 acerca dessa importante política social, regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), de 1993. Sua compreensão significa entender um valor político e ético da Assistência Social enquanto direito do cidadão e dever do Estado. Essa política estabelece uma organização com base na complexidade dos serviços. Por um lado, a Proteção Social Básica (PSB) e, por outro, a Proteção Social Especial (PSE), de alta e média complexidade (Brasil, 2009).

¹ Acadêmico de Psicologia no Centro Universitário Univértix.

² Psicóloga, Mestranda em Educação pela UFV, Psicopedagoga, Especialista em Docência do Ensino Superior e Professora do Curso de Psicologia no Centro Universitário Univértix.

O presente artigo interessa-se pelo âmbito do CRAS, unidade estatal local do SUAS e constitui-se o primeiro contato das famílias e indivíduos com os direitos à proteção social básica (socioassistenciais), configurando um serviço de baixa complexidade. A PSB, então, busca promover a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades envolvendo aquisição de habilidades e competências, além do fortalecimento dos vínculos que permeiam a família e a comunidade (Brasil, 2009).

É no CRAS que a proteção social se constitui e se aproxima da população, compreendendo a existência da desigualdade social. Através deste equipamento é que as políticas sociais vão agir em rede para diminuir as desigualdades, embasado na prevenção a situações de vulnerabilidade e risco social, buscando modificar a qualidade de vida das famílias assistidas naquela localidade. As Orientações Técnicas do CRAS preconizam o trabalho interdisciplinar como processo de trabalho no SUAS, a partir do entendimento de que as vulnerabilidades e riscos sociais são fatos complexos e multifacetados, que requerem respostas a partir de ações contextualizadas e que gerem contribuições coletivas (Brasil, 2009).

Segundo o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), na formulação das Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) no CRAS/SUAS, é necessário que os profissionais da assistência social, incluindo os psicólogos, participem da formulação, ordenamento, monitoramento e avaliação da política municipal para que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) seja ativa na localidade (Crepop, 2021).

O trabalho em questão justifica-se através de uma experiência de estágio do curso de psicologia realizada por meio de observação de serviços ofertados no CRAS em uma cidade no interior da Zona da Mata Mineira, onde foram analisados os aspectos envolvendo o trabalho da equipe multiprofissional no atendimento as demandas apresentadas ao equipamento.

O presente trabalho parte da hipótese de que a falta de delimitação do que cabe a cada profissional na prática (tanto ao psicólogo quanto ao assistente social) pode gerar sobrecarga e insatisfação por alguma das partes, caso não haja comunicação efetiva e concordância entre a equipe.

O objetivo deste trabalho é analisar as construções teóricas que já existem sobre o assunto e relacionar com a prática durante o estágio, discutindo os desafios

do trabalho multiprofissional no âmbito da assistência social e da proteção básica no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Buscou-se verificar se os desafios do trabalho multidisciplinar são uma questão recorrente nos equipamentos do CRAS.

Trabalhos como este são importantes para fomentar o pensamento crítico e a discussão sobre os limites de atuação da equipe multiprofissional no âmbito do SUAS e as questões que permeiam a aplicação das Normas para Atuação Prática no CRAS.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O CRAS é definido pelas Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social como uma unidade singular pública estatal descentralizada da política de assistência social, cuja função é organizar e ofertar serviços de proteção social básica do SUAS nas áreas de vulnerabilidade nos municípios e Distrito Federal. Se diferencia das demais unidades da assistência social por desempenhar função de proteção básica no seu território e por ofertar o Programa de Atenção Integrada à Família – PAIF (programa obrigatório e exclusivo do CRAS). Além disso, outros serviços socioassistenciais podem ser implementados, desde que haja espaço físico, equipamentos, recursos materiais e humanos compatíveis. Apresenta também função de gestão territorial, compreendida na articulação da rede socioassistencial de proteção básica, a promoção da articulação intersetorial e a chamada busca ativa (Brasil, 2009).

Segundo definição das Orientações Técnicas sobre o PAIF (2012):

O PAIF é pedra fundamental e se caracteriza como eixo basilar para a “nova” política de assistência social que vem sendo construída no Brasil desde a publicação da PNAS em 2004, ou seja, como política pública, dever do Estado e direito de cidadania. Política que se propõe a superar a tradição histórica assistencialista, clientelista, segmentada, de modo a ultrapassar a lógica dos “favores ou afilhados” para alcançar o entendimento da prestação de serviços públicos no campo dos direitos socioassistenciais. Ao contrário, garante direitos aos cidadãos. Política que além de enfrentar riscos sociais, propõe-se a prevenir as situações de vulnerabilidade social (Brasil, 2012).

No que permeia o trabalho multiprofissional no âmbito do SUAS, entende-se que essa modalidade de trabalho busca produzir uma perspectiva global a respeito dos indivíduos e suas famílias, de modo a auxiliá-los na compreensão de seus contextos sociais e dos principais determinantes que agem sobre suas vidas,

possibilitando que haja a criação de estratégias de vida para além do ciclo de vulnerabilidade. Para isso, é importante que se mantenha espaços de diálogo constante, além de discussões dos diferentes acúmulos teóricos e metodológicos entre a equipe multidisciplinar. Essa construção se faz crucial para a idealização das possibilidades de atuação conjunta e integrada. Embora o trabalho seja conjunto, cada profissional deve permear sua conduta em seus Códigos de Ética, resoluções e diretrizes curriculares (CRP-SP, 2020).

As principais profissões que atuam no SUAS atualmente são assistentes sociais, psicólogos(as) e pedagogos(as). O trabalho destes pressupõe interface com as políticas de saúde, educação, trabalho, lazer, meio ambiente, segurança, habitação, Comunicação Social, Previdência, na perspectiva de auxiliar o acesso dos(as) cidadãos(ãs) aos seus direitos sociais. Segundo descrito pelo Conselho Federal de Assistência Social - CFESS na cartilha Parâmetros Para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (2009):

Ao integrar a equipe dos(as) trabalhadores(as) no âmbito da política de Assistência Social, os(as) profissionais podem contribuir para criar ações coletivas de enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sócio-político de uma nova sociedade que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida (CFESS, 2009).

Ainda na cartilha, sobre a atuação do assistente social, é descrito que o profissional deve distanciar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que adotam a visão de que as situações sociais são problemas pessoais que devem ser individualizados. Pelo contrário, ele deve reconhecer a questão social como objeto de intervenção profissional por uma perspectiva totalizante, a partir da identificação dos fatores socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais (CFESS, 2009).

Quanto a atuação do psicólogo(a), o Caderno de Orientações do CRP de São Paulo, para atuação de psicólogas(os) na Assistência Social, aborda que os profissionais podem contribuir na elaboração de planos de trabalho articulados com a equipe multiprofissional (CRP-SP, 2020). Também discorre que:

Cabe à (ao) psicóloga (o) realizar o trabalho de proteção social básica em interface com as diversas áreas e abordagens da Psicologia, considerando a perspectiva interdisciplinar de trabalho, e interagir com as equipes de maneira

não hierarquizada, dialogando e construindo uma relação de troca de saberes com a finalidade de ofertar a melhor solução possível de proteção social às pessoas que buscam o serviço (CRP-SP, 2020).

O trabalho da equipe multiprofissional envolvida no desenvolvimento das ações de atenção e proteção da política de assistência social pressupõe constitucionalmente igual condição de trabalho em questão salarial, carga horária, carreira e estrutura física e de recursos humanos (CRP-SP, 2020).

3 METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa através do método de observação. Além disso, foram realizadas entrevistas por meio de formulário no Google Forms (ANEXO I) com os profissionais envolvidos na temática do artigo e a coordenadora da Instituição. Segundo Guerra (2014), na pesquisa qualitativa o pesquisador busca compreender os fenômenos que estuda a partir da perspectiva dos sujeitos que estão inseridos naquele ambiente, sem embasar-se em questões numéricas, generalizações estatísticas ou relações lineares de causa e efeito. Ela também destaca elementos fundamentais neste tipo de pesquisa, sendo a interação entre o pesquisador e o objeto de pesquisa, os registros dos dados coletados e a interpretação do pesquisador.

Soares, Pereira & Dias (2011) defendem que, quando apresenta objetivo bem definido, o método de observação apresenta importantes técnicas para compreensão do fenômeno observado, entre elas destaca-se a coleta de dados por questionário, entrevistas, testes, etc. Além disso, a entrevista é um meio de coleta de dados através de perguntas formuladas pelo investigador destinadas a obter informações pertinentes para o objeto da pesquisa. Pode ser composta por dois ou mais interlocutores, mediada pelo entrevistador (Minayo, 2010).

Por meio da entrevista realizada com a equipe multiprofissional - a partir do consentimento dos participantes e conforme firmado pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi analisado o posicionamento dos profissionais da área diante da temática em questão, bem como sua experiência no que diz respeito ao trabalho multidisciplinar.

Este estudo faz parte do cumprimento do estágio supervisionado do curso de Psicologia do Centro Universitário Univértix. A observação foi realizada no CRAS de

um município do interior de Minas Gerais, na Zona da Mata, totalizando 40 horas. Foi possível observar o funcionamento, as atividades, o público atendido e a demanda para os serviços ofertados.

O CRAS observado para a construção do presente artigo é 1 (um) dos 3 (três) presentes na cidade do estudo. A estrutura da instituição conta com uma recepção, a sala da Coordenadora, a sala da Psicóloga, a sala da Assistente Social, a cozinha, o depósito e o salão onde são desenvolvidas as atividades do Serviço de Convivência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas Orientações Técnicas do Centro de Referência em Assistência Social (2009), a atuação multiprofissional é prevista como sendo uma construção sem hierarquias entre os profissionais, ou seja, não há uma delimitação do que é do psicólogo e do que é do assistente social, trabalhando ambos em conjunto para o atendimento das demandas do equipamento do SUAS. No entanto, na observação feita durante o período de estágio, algumas tensões foram percebidas.

Inicialmente, percebeu-se uma diferença na distribuição de trabalho no cotidiano do CRAS, onde a psicóloga ficava responsável por redigir todos os ofícios que chegavam no equipamento. Mesmo em casos de sobrecarga de entregas para um dia, não ocorria de as profissionais dividirem os escritos entre elas. Quando questionada sobre o assunto, a mesma disse que ficava com a demanda dos relatórios, pois a assistente social alegava não ser tão eficiente com a escrita.

Quando questionadas sobre a delimitação do que é do psicólogo e o que é do assistente social, as profissionais trouxeram algumas contribuições sobre o assunto.

Para a psicóloga:

Não existe uma delimitação prática entre estes profissionais, até mesmo porque as diretrizes que regulamentam a política pública de assistência social afirmam que não existe hierarquia entre ambos os profissionais. No entanto sabemos que são profissionais de formações diferentes e não ter a delimitação clara dificulta a prática e acaba por vezes sobrecarregando um lado (Psicóloga do CRAS).

O relato da psicóloga condiz com o que foi percebido durante a observação, onde por diversas vezes notou-se que uma profissional acabava por sobrepor-se a outra na realização das funções, gerando uma sobrecarga para uma das partes.

A coordenadora do CRAS agrega dizendo que ambos os profissionais estão aptos a conduzir os atendimentos psicossociais, porém apresentam olhares diferentes para a realidade em que as pessoas se inserem. Ela acrescenta que, enquanto o psicólogo tem um olhar para o indivíduo – auxiliando no processo de autoconhecimento e o motivando –, a assistente social tem uma visão mais ampla, promovendo a conscientização dos direitos e deveres do cidadão na sociedade. Para a mesma, o olhar de ambos os profissionais é complementar.

Almeida e Afonso (2020) argumentam que psicólogos e assistentes sociais, no contexto do SUAS, possuem o comum objetivo de propiciar a transformação da realidade social, o combate às vulnerabilidades sociais, o desenvolvimento de um projeto societário, entre outros. Assim sendo, esse trabalho complexo e interdisciplinar aliado à intersetorialidade se faz fundamental para alcançar esses objetivos.

Através do formulário enviado às profissionais, algumas questões foram levantadas sobre o trabalho em equipe. Quando questionadas sobre se o trabalho multiprofissional é bem-vindo, a psicóloga argumenta que:

O trabalho em equipe multiprofissional é a chave para uma boa execução de políticas públicas no geral. A dificuldade nisso é estabelecer um bom diálogo e alinhamentos. É de suma importância, como um profissional inserido em uma equipe, ter proatividade, atenção, bom relacionamento e ser colaborador no espaço de trabalho, no entanto essas características são difíceis de se encontrar em todos e ajustes se fazem necessários para uma melhor fluidez. Reforço que sem o trabalho em rede com equipes multidisciplinares não existe boas práticas de políticas públicas para atender a população (Psicóloga do CRAS).

A assistente social agrega que é bem-vindo e que significa ganhos tanto para o profissional quanto para os usuários ao qual aquele serviço é direcionado. Já a coordenadora acrescenta dizendo que “o trabalho em equipe multiprofissional é o ideal, já que olhares profissionais diferentes são complementares, um ajudando ao outro a ampliar a sua visão e compreensão”.

Andrade & Romagnoli (2010) discorrem que este modo de trabalho deve pautar-se na ideia de que nenhuma especialidade isolada é capaz de solucionar todas as demandas de quem a procura, tendo em vista que a realidade é multideterminada, processual e complexa. Argumentam que o objetivo maior das práticas é a participação dos usuários e a devolução a estes daquele saber que lhes foi destituído. Para isso, faz-se necessário potencializar para que a comunidade possa descobrir

suas demandas, se organizar de forma a que ela consiga construir os dispositivos necessários para se fortalecer. Além disso, os especialistas devem unir-se contra a opressão em favor da potência reinventiva da vida.

Foi perguntado para as profissionais se elas acreditam que existe uma boa comunicação entre a equipe multiprofissional do CRAS em que elas atuam e houve uma divergência entre elas. Enquanto o psicóloga e a coordenadora enxergam um problema de comunicação entre e a equipe, a assistente social vê uma boa comunicação.

Acredito que não, muitos ruídos entre as comunicações e dificuldades de entender e exercer uma boa relação com coleguismo no trabalho. De fato, quando existe um alinhamento nos discursos e nos posicionamentos, existe também maior fluidez e assertividade na comunicação. Acredito que uma falha grande em nosso equipamento é o não respeito as hierarquias que existem e são importantes para a organização da comunicação, e também a não existência de uma comunicação clara e direta sobre os casos (Psicóloga do CRAS).

“Infelizmente, na prática da realidade profissional na qual estou inserida, acho a troca profissional muito rasa e a comunicação cheia de ruídos e más interpretações”, diz a coordenadora. O que remete a uma confissão feita pela mesma durante uma das visitas, onde ela alegava uma dificuldade em tocar em certos assuntos com a equipe, de forma a se impor na hierarquia. Enquanto coordenadora, espera-se que a mesma coordene o trabalho no CRAS, no entanto, ela não encontra respaldo para tomar atitude em certas questões envolvendo o trabalho multiprofissional. Quando abordada sobre a maior dificuldade enfrentada em sua atuação profissional, ela constata que:

O maior desafio é a comunicação e a falta de autonomia que a meu ver, eu como coordenadora tenho, acho que essa falta de autonomia enfraquece muito o meu papel de liderança da equipe. Por muitas vezes me senti desrespeitada como profissional e como pessoa também (Coordenadora do CRAS).

Já a psicóloga, traz que:

Minha maior dificuldade hoje dentro do equipamento é a sobrecarga de trabalho, reconheço que existe uma falha grande da minha parte em estabelecer limites, ao mesmo tempo sou demandada o tempo inteiro com coisas que por vezes poderiam ser divididas, mas como não existe uma

comunicação assertiva e nem mesmo uma proatividade na contrapartida da equipe, acabo acumulando serviços e responsabilidades. A jornada de trabalho já é de 40 horas semanais, o que normalmente já me sobrecarregaria; não encontrar parceria ativa acaba me dando mais trabalho ainda. Outro ponto é a pressão constante existente neste espaço, olhar, falar e reconhecer situações de vulnerabilidade é sofrível, uma responsabilidade tremenda que, por vezes, ainda que eu queira, não consigo atender, pois o recurso é menor que a demanda. Sinto nesse momento uma grande necessidade de olhar para minha saúde mental o que me assusta pois estou no trabalho apenas há 1 ano e 9 meses, o que me faz reforçar a importância do descanso e o se desligar deste espaço (Psicóloga do CRAS).

O relato trazido pela profissional remete a outra queixa relatada nas visitas, que diz respeito a carga horária da equipe técnica. Por mais que na cartilha apresente que não há distinções e hierarquias, a carga horária da assistente social é de 30 horas e a da psicóloga é de 40 horas, rendendo a mesma remuneração, ou seja, as profissionais recebem o mesmo valor, porém com a diferença de horas semanais trabalhadas de 10 horas. Com o relatado, é possível compreender como essa sobrecarga afeta negativamente a psicóloga, já que a mesma diz sentir-se mentalmente cansada e constantemente invadida pelo excesso de demandas que são de responsabilidade coletiva, mas que acabam recaindo sobre a profissional. Essa realidade está atrelada a atual cultura da produtividade extrema reforçada pela atual organização política e econômica. Segundo Kornis (1998):

A chamada crise do trabalho está na base tanto de uma instabilidade continuada do capitalismo contemporâneo quanto de uma cronificação integrada do conflito, da insegurança e do esgarçamento dos vínculos de solidariedade e coesão social. As contradições envolvidas nesse processo, certamente, projetam para o futuro incertezas, violências e uma degradação acentuada das condições de vida e de trabalho (Kornis, 1998).

A partir do relatado, percebe-se que no cotidiano do equipamento do SUAS algumas questões se fazem pontos de tensão e dificuldade na atuação da equipe multiprofissional, sendo necessárias ações para tentar reduzir essa barreira. Como descrito por Scott et al. (2019), há fragilidades na implementação prática da política de assistência social e a intervenção psicológica, ao mesmo tempo em que serve de base e oferece fundamentos para a promoção da proteção social, também encontra obstáculos em questão de estrutura e incentivo para a efetividade. Além disso, reconhece que a política do SUAS é recente e, com isso, suas ações e a própria

gestão dos serviços estão em processo de construção, sendo necessário tempo e esforço para a sua consolidação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi descrito ao longo do artigo, pode-se perceber que o trabalho multiprofissional é base no serviço realizado no âmbito da atenção básica. Esse instrumento, segundo descrito nas cartilhas, é composto por um trabalho conjunto sem a presença de hierarquias e pressupondo uma cooperação de todas as partes envolvidas.

Na prática, durante o estágio realizado, algumas questões foram percebidas na realidade vivenciada que fogem do descrito nas orientações técnicas. A problemática envolvendo a divisão de trabalho e a comunicação entre os profissionais do CRAS parece ser a mais significativa. A partir dessas considerações, seria importante implementar mudanças de modo a promover melhorias na atuação conjunta da equipe multiprofissional.

Por meio dos relatos, percebe-se que faltam orientações mais detalhadas do trabalho, de forma a facilitar a resolução das demandas. Vale ressaltar que os resultados descritos no presente artigo se fazem a partir da realidade observada em um CRAS de uma cidade no interior da Zona da Mata Mineira, não sendo necessariamente a realidade de todos os equipamentos da região ou do estado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. A.; AFONSO, M. L. M. O diálogo interdisciplinar no CRAS: desafios para a equipe multidisciplinar de proteção social básica. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 96785-96804, 2020.

ANDRADE, L. F. DE.; ROMAGNOLIS, R. C. O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. 3, p. 604–619, set. 2010.

CRP – SP. **Caderno de Orientações do CRP SP para atuação de psicólogos(os) na Assistência Social**. Conselho Regional de Psicologia – SP. São Paulo, 2020.

Conselho Federal de Psicologia (Brasil). **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) no CRAS/SUAS** / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. — 3. ed. — Brasília: CFP, 2021. 180 p.

GUERRA, E. L. de A. **Manual da Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014.

KORNIS, G. E. M. Entre o Futuro do Capitalismo e o Capitalismo do Futuro: a long and winding road. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.12. n.2, Abr-Jun 1998. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=rev&cod=2058>. Acesso em: 25 nov. 2024.

MINAYO, M. C. S. **Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação**. In: MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social W3 Norte - SEPN 515 – Edifício Ômega – Bloco B 70.770-502 – Brasília – DF Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 17/09/2024

Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 72 p, 2009.

Parâmetros Para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Conselho Federal de Serviço Social. Série: **Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**. Brasília, 2009.

SCOTT, J. B. *et al.* Desafios da atuação do psicólogo em centros de referência da assistência social (CRAS). **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 125-141, jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198382202019000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 21 nov. 2024. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019120110>.

SOARES, J. G.; PEREIRA, T. K.; DIAS, W. A. Método da observação: reflexões acerca de seu uso e formas de aplicação. **Revista Eletrônica Partes**, v. 5, n. 1, p. 1-5, 2011.